



Ricardo Della Rosa

REVOLUÇÃO DE 1932

A história da guerra paulista em imagens, objetos e documentos



© Ricardo Della Rosa

Diretor editorial
Marcelo Duarte

Projeto gráfico e diagramação
Negrito Produção Editorial

Diretora comercial
Patth Pachas

Capa
Vanessa Sayuri Sawada

Diretora de projetos especiais
Tatiana Fulas

Colaboração
Edison Veiga
Douglas de Souza Aguiar Jr. (pp. 78-9)

Coordenadora editorial
Vanessa Sayuri Sawada

Preparação
Ronald Polito

Assistente editorial
Olívia Tavares

Revisão
Nana Rodrigues

Impressão
Santa Marta

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Rosa, Ricardo Della
Revolução de 1932: A história da guerra paulista em imagens, objetos e documentos / Ricardo Della Rosa. – 1. ed. – São Paulo: Livros de Guerra, 2019. 128 pp.

ISBN: 978-85-52944-02-7

1. Brasil – História – Revolução Constitucionalista, 1932. 2. São Paulo (Estado) – História. I. Título.
Bibliotecária: Meri Gleice Rodrigues de Souza – CRB-7/6439

18-49063

CDD: 981.06
CDU: 94(81)"1932"



2019

Todos os direitos reservados à Livros de Guerra.

Um selo da Editora Original Ltda.

Rua Henrique Schaumann, 286, cj. 41

05413-010 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3088-8444

edoriginal@pandabooks.com.br

www.pandabooks.com.br

Visite nosso Facebook, Instagram e Twitter.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Original Ltda. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

PÁGINA ANTERIOR: Companhia de Bombardas da Guarda Civil do Estado de São Paulo, totalmente equipada e com o uniforme cáqui, posa para a foto antes de partir para a frente de combate.

ACIMA: Alegoria de José Wash Rodrigues, homenageando o voluntário Clineu Braga de Magalhães, do Batalhão 14 de Julho, morto na Frente Sul em 18 de setembro de 1932, ao combater no rio das Almas. É a única versão do brasão paulista que traz uma segunda legenda completando a original em latim, fazendo referência à morte do homenageado.

PÁGINA SEGUINTE: Batalhão de voluntários paulistas. Na segunda fileira de baixo para cima, quarto da esquerda para direita, sentado de fuzil em mãos, o voluntário Mario Della Rosa – avô paterno do autor.



*Aos meus pais e aos pais deles,
que com suas histórias de vida me
fizeram amar São Paulo.*

*Para Ana Paula e Teresa,
apoiadoras incansáveis deste paulista.*



Linha de fogo paulista na Frente Norte. Os soldados observam a ação do inimigo pela mira de seus fuzis. É interessante notar um voluntário com uma granada na mão no final da trincheira. A presença de diversos modelos de capacetes de aço e de coberturas de pano nos soldados indicam que a trincheira era guarnecida por combatentes de diferentes companhias.



“O soldado paulista começou a reproduzir nas escarpas da Mantiqueira o esforço egípcio construindo monumentos. [...] Meninos de Piratininga, ao sol, lá iam, suarentos, garimpando os penhascos, afundando-se nas sangas, ao ombro cunhetes pesados como monólitos que arriavam exaustos, insolados à beira da vala onde se queria erigir a pirâmide de uma mentalidade nova. Muitos deixavam logo de ser meninos. À chuva, iam da mesma maneira, bissacas de chumbo, escorregando pelo dorso viscoso da montanha. Patinhando naqueles trilhos fugidios, rodavam por eles até o fundo onde se erguiam para recomeçar a ascensão. Sísifos, maiores do que as leis da condenação, acabavam por vencer os aclives despejando o alimento à boca das trincheiras. O alimento para a vida e o alimento para a morte. Foi assim que as encostas do Morro Verde e da Pedreira começaram a lapidar um povo.”

PAULO DUARTE

“A infantaria adversária, investindo com vigor contra as nossas linhas sofre severas baixas, mas consegue recalcar os elementos de ligação do 6º B.C.R. com a extrema ala esquerda. Sobre este batalhão e sobre a Companhia Hernani do Borba Gato, incide o esforço principal do inimigo que em sua frente concentra meios esmagadores.

Há trincheiras investidas a arma branca por elementos da polícia gaúcha.

Os voluntários paulistas não se intimidam porém e, por sua vez, apelam para o último cartucho dos valentes – a baioneta.”

CAPITÃO ALVES BASTOS



Tropa da Guarda Civil de São Paulo, com o chefe da Polícia Civil doutor Thyrso Queirolo Martins de Souza, no centro da foto. Thyrso Martins foi nomeado chefe de polícia pelo governador Pedro de Toledo e era um dos mais ardorosos defensores dos ideais constitucionalistas. Foi exilado para Portugal, retornando ao Brasil em agosto de 1933 e assumindo a direção do Instituto de Criminologia (hoje Academia de Polícia).



SUMÁRIO

- 9 Prefácio
- 11 Introdução
- 24 A linha do tempo da Revolução

A mobilização popular

- 28 MMDC: em memória de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo
- 32 Propaganda, a alma da guerra
- 38 Uma Casa da Moeda improvisada
- 41 Campanha do Ouro: um *crowdfunding* para a Revolução
- 45 O correio mais confiável do mundo
- 48 SOS Revolução
- 51 Os chapinhas: policiais voluntários em tempos de guerra
- 53 Os estrangeiros e a Revolução
- 54 O amparo feminino na luta constitucionalista
- 57 Engajada e sob censura

A mobilização industrial

- 60 Técnicas e tecnologias
- 63 São Paulo, um parque industrial das armas
- 66 Improvisos ambulantes
- 68 Nas cabeças paulistas

A mobilização militar

- 73 Desigualdade em pé de guerra
- 75 As tropas em combate
- 78 As armas da Revolução
- 80 Os uniformes da Revolução
- 87 As asas da Revolução
- 91 Os combates

O legado da guerra paulista

- 110 O Obelisco
- 113 Os desfiles de Nove de Julho
- 115 A Sociedade Veteranos de 32
- 116 A Revolução nas ruas e viadutos
- 118 1932 no imaginário popular
- 120 Túmulos e monumentos pelo interior paulista
- 122 Os locais de batalha atualmente
- 124 O Museu de Polícia Militar do Estado de São Paulo
- 125 Coleções particulares
- 126 Referências bibliográficas
- 126 Crédito das imagens
- 126 Agradecimentos
- 127 O autor



ACIMA: Variações da mais famosa medalha paulista da Revolução de 1932, inicialmente entregues aos combatentes e posteriormente vendidas como souvenir.



Túneis eram escavados nas extremidades das trincheiras e protegiam os soldados em caso de ataques aéreos ou de artilharia inimiga.



PREFÁCIO

Por décadas engessada pelas convenções do materialismo histórico, a literatura dedicada à Guerra Civil de 1932 limitou-se a emitir o veredito de que o movimento eclodido em São Paulo não passou de uma tentativa de retomada do poder encetada pela oligarquia agrária derrotada por Getúlio Vargas.

A evolução da discussão, posteriormente, considerou que a Revolução de 1930 – fundamental para contextualizar 1932 – teria partido dos esforços políticos de uma nascente classe de capitalistas oriundos do Sul, detentores de um projeto próprio de modernização econômica-nacional, que se contrapunha ao modelo da República Velha. Ademais, a incapacidade de negar a existência de uma classe industrial paulista entre os insurgentes de 1932 inseriu um grau a mais de complexidade nas análises que nem a cegueira ideológica foi capaz de ofuscar.

Décadas depois do fim das hostilidades de 1932, a comparação da participação das unidades da Federação no Produto Interno Bruto nacional é o mais eloquente testemunho das possibilidades de desenvolvimento contidas nos projetos rivais que se digladiaram nas frentes de batalha. Vargas foi detentor da proposta de modernização

nacional irradiada de cima para baixo, tendo o Estado como principal impulsor do desenvolvimento econômico. Esse princípio de centralidade estatal como orientadora dos rumos econômicos merece severas críticas, embora seja sempre salutar lembrar que, apesar do legado funesto dos anos 1930-1945, Vargas ao menos tinha princípios que levavam o futuro do país em conta, ao contrário de gerações de políticos mais recentes.

O material criteriosamente selecionado por Ricardo Della Rosa para a composição de sua abordagem sobre a Guerra de 1932 oferece uma inovadora linha de análise para o entendimento das possibilidades de desenvolvimento nacional contidas no bojo daquele esforço bélico, político, e cívico: a capacidade de produção demonstrada em um período brevíssimo de algumas semanas foi um feito com poucos precedentes na história dos conflitos. Sem dispor de uma indústria siderúrgica consolidada, o Exército Paulista conseguiu equipar cada um de seus combatentes com capacetes de aço; com os arsenais regionais confiscados pelo Governo Federal nos meses anteriores, São Paulo produziu lanchas e trens blindados, além de plantas para carros de combate; desprovidos de peças de artilharia

em número suficiente, os paulistas fabricaram sua própria versão dos morteiros pesados de Infantaria de modo a remediar suas limitações de armamento. Granadas de mão e bocais para seu lançamento por meio de fuzis estavam disponíveis para os infantess que combatiam; o uso da propaganda e do rádio concedeu todos os contornos de uma guerra moderna ao episódio. Além disso, São Paulo dispunha de uma força armada a nível local que ofereceu sérios riscos para a estabilidade do governo de Vargas.

Os objetos e imagens que compõem esta obra são mais do que simples ilustrações. Fotos podem servir meramente para embelezar um livro. Poucos autores combinam as capacidades de escrever e entender o bom uso de recursos não textuais para proporcionar um melhor entendimento do passado. As peças aqui exibidas são muito mais do que o conteúdo de um gabinete de curiosidades: são um instrumento para nos aproximar das crenças, expectativas e esforços de uma geração que não mais pode falar por voz própria.

CESAR CAMPANI MAXIMIANO
Historiador

ABAIXO: Detalhe do fuzil Mauser 1908, que era na década de 1930 a arma regulamentar no Exército e na Força Pública paulista.





Oradores se revezavam durante as várias manifestações que iam surgindo em São Paulo, em 1931, para denunciar o Governo Provisório e os interventores nomeados por Vargas para governar o estado.

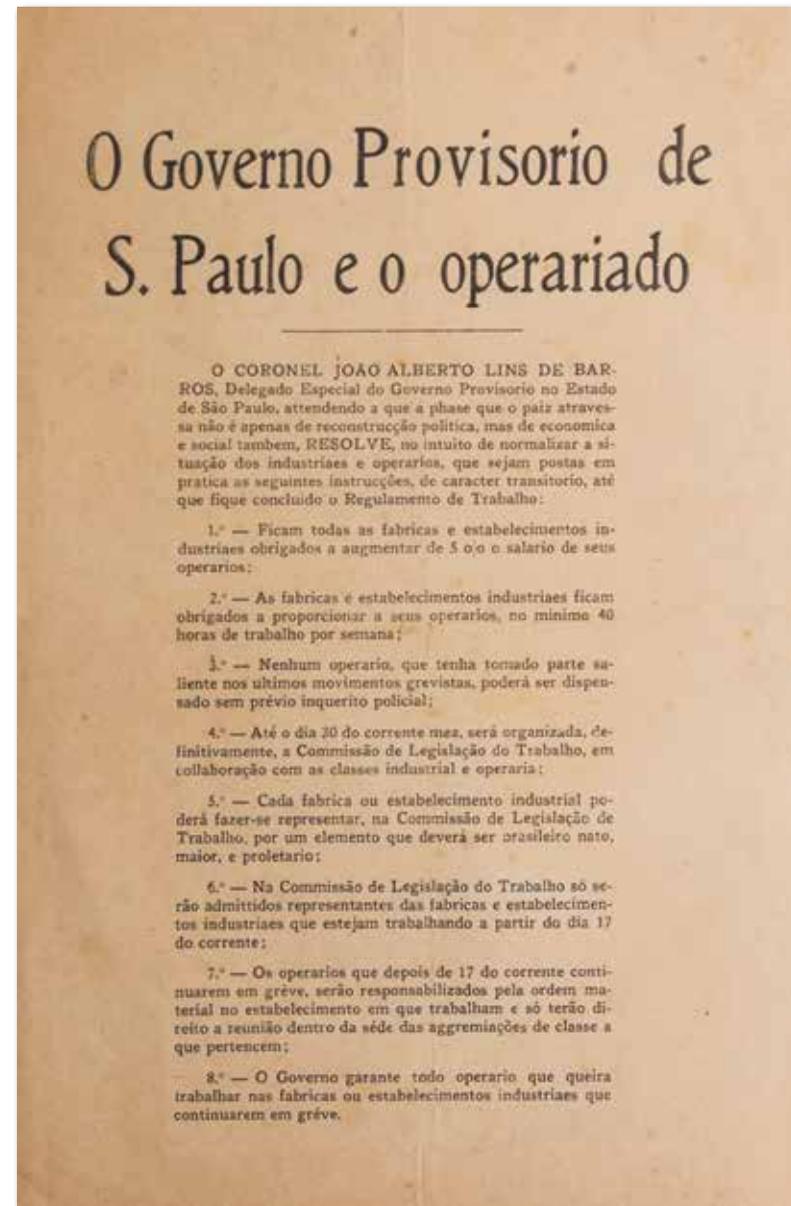
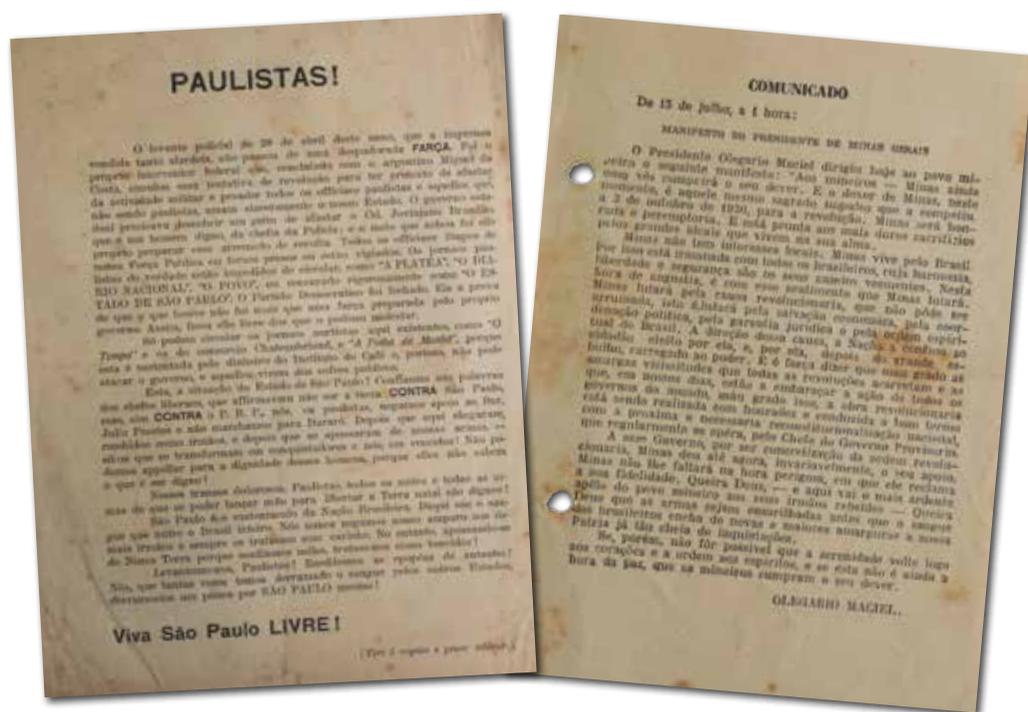
INTRODUÇÃO

Revolução de 1932: a resposta paulista ao Governo Provisório

Passados quase noventa anos daquele distante 9 de julho, a Revolução de 1932 segue sendo uma senhora incompreendida. Alguns historiadores apontam para a “oligarquia do café”, apeada do poder em outubro de 1930, como a responsável pelo maior confronto armado ocorrido no país. Sem dúvida ela teve um papel importante, mas não escreveu este roteiro sozinha. Outros dizem se tratar de uma revolta separatista, pois no turbilhão da Revolução houve uma corrente que buscava romper com o Governo Federal, tornando São Paulo um país. No entanto, era um grupo tão peque-

no que sequer fez diferença nos rumos que a Revolução tomou.

Para compreender o que aconteceu em 1932, é preciso entender qual foi a motivação que levou cidadãos comuns a deixarem seus lares para pegar em armas e trocar tiros de fuzil com tropas regulares do Exército Federal em trincheiras enlameadas. É preciso prestar atenção ao que se passava nas ruas de São Paulo naquele período e como os paulistas se sentiam após outubro de 1930, quando o Governo Provisório chegou ao poder.



À ESQUERDA: Durante todo o período circularam diversos manifestos oficiais e não oficiais, além de toda uma batalha de informações travada através da imprensa.

ACIMA: Comunicado emitido pelo interventor João Alberto que mostrava de forma nítida o grau de indisposição dos tenentes com os empresários paulistas, incendiando as relações entre operários e seus empregadores.



Ibrahim Nobre, aclamado como o Tribuno da Revolução, brada pela causa paulista a plenos pulmões e sem qualquer tipo de sistema de som em manifestação em frente ao Teatro Municipal, no centro de São Paulo.



Praça da Sé lotada durante um comício. Várias dessas aglomerações terminavam em tumulto e pancadaria, promovidos pelas organizações outubristas.



Agitações dos anos 1920

No fim dos anos 1920, São Paulo, além de maior produtor de café, estava alcançando o patamar de principal produtor nacional de açúcar, com um balanço de 1 milhão de toneladas. O estado era a potência industrial do Brasil e seus avanços traziam investidores estrangeiros, ferrovias, estradas de rodagem, portos e redes elétricas. É dessa época a vocação paulista como polo gerador de empregos, atraindo inúmeros imigrantes de dentro e fora do país.

No entanto, nem tudo eram flores. A década de 1920 foi marcada por revoltas iniciadas em julho de 1922, enquanto as atenções se voltavam às comemorações do centenário da Independência. Foi nessa época que, descontentes com o cenário político do país, jovens tenentes do Exército se rebelaram no Rio de Janeiro. Apesar de terem sido contidos rapidamente, a imagem daqueles militares marcou o movimento inicial de um ciclo que durou anos: o das revoltas armadas. A ideia do tenentismo era basicamente promover reformas

radicais e profundas na velha política por meio de um poder centralizador. Mas com o passar do tempo, ficou claro que os tenentes queriam primeiro chegar ao poder, para depois verem o que fariam com ele.

O primeiro episódio tenentista, ocorrido no Rio de Janeiro e batizado de Dezoito do Forte, pretendia depor o presidente Epitácio Pessoa e impedir a posse de seu sucessor, Arthur Bernardes. “Apenas” 15 militares e um civil morreram, salvando-se os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Dois anos mais tarde, um embate se deu na cidade de São Paulo durante o governo de Arthur Bernardes. Desta vez o saldo de mortos foi maior, entre seiscentos e oitocentos, além de 5 mil feridos – civis, em sua maioria. Comandada por Isidoro Dias Lopes, a quartelada contou com a participação de militares do Exército e da Força Pública, mas não teve participação alguma da população civil, a quem só restou a opção de fugir, largando casas e pertences.

Em diversos pontos, a cidade foi reduzida a escombros. São Paulo foi arruinada. Por isso, ninguém ousaria comemorar essa revolução. Os revoltosos se retiraram da capital e iniciaram uma coluna (Miguel Costa-Prestes) que percorreu milhares de quilômetros pelo

Brasil e que era perseguida e combatida por forças federais até ser dissolvida após entrar em território boliviano, em 1927. Com o fim do governo de Arthur Bernardes, muitos membros da coluna deram-se por satisfeitos, mas não todos.

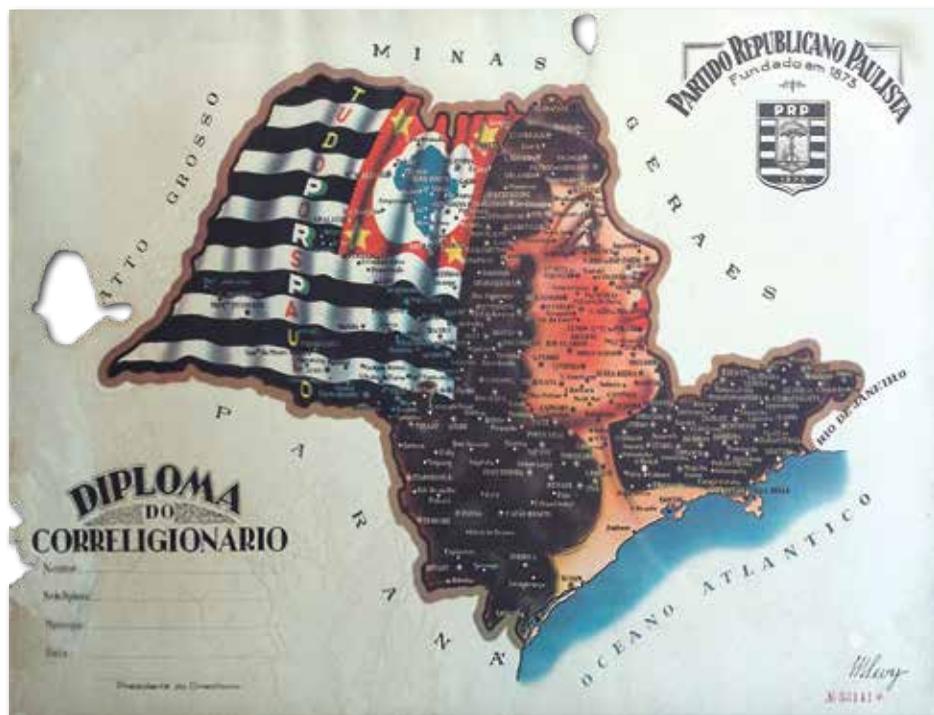
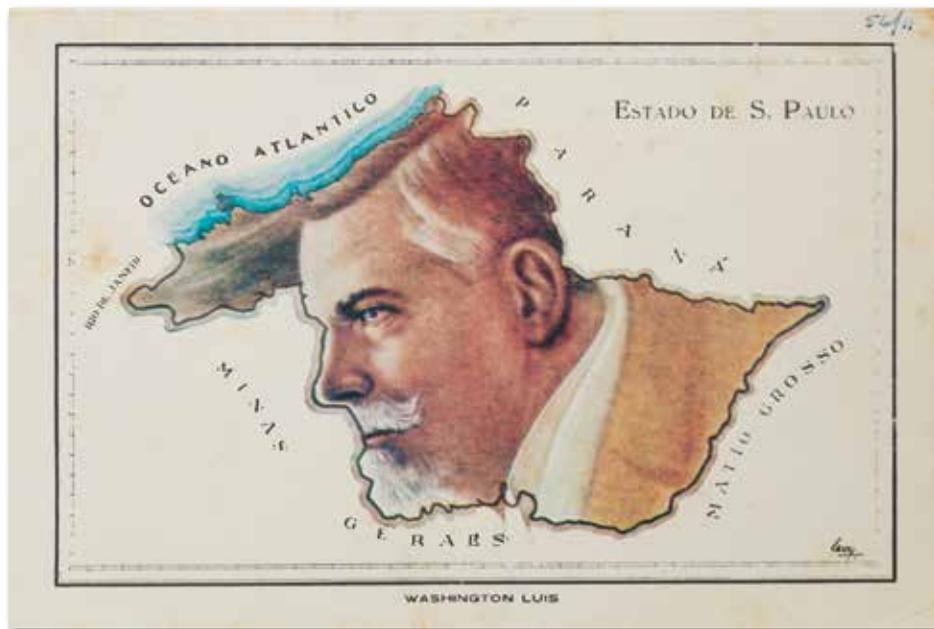


Miguel Costa (1885-1959)

O currículo do militar Miguel Crispim da Costa Rodrigues já era recheado de episódios históricos quando ele se viu envolvido na Revolução Constitucionalista de 1932. Na posição de comandante da Força Pública, foi afastado do cargo pelo então interventor Pedro de Toledo. Como se opunha ao movimento paulista, acabou sendo preso durante o levante – só retomou a liberdade após a derrota de São Paulo.

NO ALTO, À ESQUERDA: Coronel Fernando Prestes e Júlio Prestes com o estado-maior de um batalhão patriótico na Revolução de 1924.

NO ALTO, À DIREITA: Pedro de Toledo, Thyrso Martins e Waldemar Ferreira no início da Revolução.



O rompimento

Os mesmos políticos de sempre permaneciam no poder, enquanto o descontentamento do operariado era cada vez maior. Ao chegar à presidência em 1926, Washington Luís queria ser um líder popular e, ao mesmo tempo, conter os ânimos da população. Com isso, em 1927 promulgou a Lei Celerada, que dava ao Executivo o direito de intervir em sindicatos, criminalizar manifestações de empregados e patrões, além de coibir a liberdade de quem se opusesse ao governo, como jornalistas, intelectuais, políticos e militares.

Com as eleições de 1930 no horizonte, o Partido Democrático (PD) fazia, em São Paulo, o papel de núcleo da oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP), detentor do poder havia muito tempo. Seu programa partidário incluía o voto secreto, atenção maior às demandas vindas do campo e aos direitos dos trabalhadores de modo geral. Nesse período, o Partido Democrático flertava abertamente com Luís Carlos Prestes (o mesmo da Coluna Prestes) e enviava representantes paulistas e gaúchos a Buenos Aires para conspirar com alguns tenentes, ainda no exílio, sobre como

poderiam “mudar” e “modernizar” o país. Enquanto isso, o PRP mantinha-se fechado em seus próprios métodos e candidatos e contava com o engajamento da Força Pública para garantir a ordem no estado, mantendo sob rédeas curtas os opositores políticos e agitadores do proletariado.

Com a crise na Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, a economia mundial convulsionou e, no Brasil, a indústria e o café de São Paulo foram fortemente prejudicados, arrastando consigo a economia nacional. A ordem social estava abalada, fazendas inteiras foram entregues aos bancos credores e a situação nacional era cada vez mais grave – não havia sequer a possibilidade de se pedir crédito no exterior. Os cafeicultores procuraram o presidente Washington Luís: queriam mais dinheiro e o perdão das dívidas já contraídas.

O pedido foi negado. E, para se assegurar de que o governo não afrouxaria no mandato seguinte, indicou um paulista de sua confiança, Júlio Prestes, para sua sucessão – rompendo com os mineiros o rodízio da política Café com Leite, que indicaria ao cargo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o governador de Minas Gerais.

À ESQUERDA: Dois diferentes mapas alegóricos do estado de São Paulo. Um deles representa o presidente Washington Luís, e o outro, um diploma de filiação ao Partido Republicano Paulista, traz a ilustração de uma moça que ficou conhecida como A Paulistinha e que acabou sendo estampada até em louças comemorativas.

À DIREITA: Duas condecorações clássicas da Força Pública de São Paulo usadas por grande parte dos militares paulistas nas décadas de 1920 e 1930: a Medalha da Legalidade, conferida aos praças e oficiais da Força Pública que lutaram contra os revoltosos durante a Revolução de 1924; e a Medalha Mérito Militar, que premiava o tempo de serviço na Força.



O descontentamento mineiro encontrou apoio no gaúcho – afinal, o Rio Grande do Sul se sentia deixado de lado nas sucessões presidenciais. Assim, em junho de 1929 nasceu a Aliança Liberal, chapa presidencial encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas e pelo vice paraibano João Pessoa, que contava com o apoio de muitos militares, incluindo seus inimigos de pouco tempo atrás, os tenentes da Coluna.

Em 1º de março de 1930, Júlio Prestes foi eleito com uma diferença de apenas 200 mil votos sobre o segundo colocado, Getúlio Vargas. Os perdedores acusaram de fraudulento o resultado e, no mesmo período, João Pessoa, o derrotado candidato a vice, acabou assassinado a tiros em Recife, vítima de um desafeto. A Aliança Liberal fez de sua morte propaganda política. O corpo foi transportado ao Rio e jornais controlados pelo empresário Assis Chateaubriand denunciavam que o crime era obra de Washington Luís. Em São Paulo, o Partido Democrático engrossou o coro promovendo um comício contra Washington Luís e Júlio Prestes.

O levante militar urdido pela Aliança Liberal começou em 3 de outubro, em Porto Alegre, justamente a sede da mais poderosa tropa do país. Chefiou a revolta o então coronel Góes Monteiro. Do Rio Grande do Sul, os revoltosos tomaram Santa Catarina e o Paraná. No resto do Brasil, políticos governistas praticamente se abstiveram, apostando que o levante não teria oposição. De fato, houve pouquíssima resistência à revolta: não correu muito sangue além da morte de algumas dezenas de militares que permaneceram leais a Washington Luís.



ACIMA: Distintivo de membro da Legião Revolucionária, a tropa paramilitar formada por Miguel Costa.

A Revolução de 1930 tirou o presidente do poder. As cidades brasileiras aclamavam Vargas e os novos ventos na política. Em muitas delas, os tenentistas causaram bastante tumulto, vingando-se de redações de jornais de oposição, libertando presos (políticos ou não) e caçando republicanos. Do Trem da Vitória que trazia Vargas, Góes Monteiro e os demais chefes da revolução rumo a São Paulo, Miguel Costa já emitia ordens determinando que membros da Aliança ocupassem cargos estratégicos no estado – então governado por uma Junta Pacificadora. São Paulo era a joia da coroa, o principal inimigo derrotado, com muitos interessados em governá-lo. O que aconteceu a partir desse ponto é fundamental para entender a Revolução de 1932.

Vargas chegou a São Paulo em 29 de outubro, prestigiado por milhares de pessoas. Ele se hospedou no Palácio dos Campos Elíseos, em um gesto de afirmação, mostrando que havia conquistado a antiga sede do poder paulista. Do palácio, mandou o recado ao Rio: ele próprio assumiria a presidência do país. Em São Paulo, o poder seria dividido entre os tenentes João Alberto, nomeado como representante de Vargas e delegado militar, e Miguel Costa, com o status de um dos chefes militares da revolução. Contudo, a festa com que Vargas foi recebido pelos paulistas se transformaria em revolta em um curto espaço de tempo – e na maior guerra civil de nossa história.

À DIREITA: A famosa foto do Trem da Vitória, que trouxe Vargas até São Paulo em 1930, com Miguel Costa, Góes Monteiro, Francisco Morato e Batista Luzardo, que acabou rompendo com Vargas e se tornando defensor do Movimento Constitucionalista.



Góes Monteiro (1889-1956)

Foi no Bloco Acadêmico Castilhistas, agremiação política estudantil ligada ao Partido Republicano Riograndense (PRR), que Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura ficaram amigos. Em 1929, Monteiro era coronel no Rio Grande do Sul e foi convidado por Vargas para ser o comandante das forças revolucionárias. Depois da vitória em 1930, assumiu o comando da 2ª Região Militar, em São Paulo. Na Revolução de 1932, chefiou a Frente Leste governamental no Vale do Paraíba. Há indícios de que ele chegou a cogitar mudar de lado, auxiliando os constitucionalistas – entretanto, queria atuar como comandante, nunca como comandado. Assim, Góes Monteiro fechou com o Governo Provisório e acabou sendo uma peça-chave da ação de combate.



1931: *annus horribilis*

Foi grave a crise econômica que assolou São Paulo. O desemprego atingiu patamares até então desconhecidos. João Alberto criou a Delegacia Revolucionária da Ordem Política e passou a prender qualquer um que os tenentes julgassem como opositores. Homens das tropas aliancistas vagavam pela cidade armados. Nas palavras do próprio João Alberto, “bastava que um cidadão vestisse camisa vermelha, ou tivesse no chapéu uma fita da mesma cor, para se julgar com direito a exibir um cinto repleto de balas e dois revólveres, além de um mosquetão a tiracolo”. Mexiam com as moças que transitavam nas ruas, “requisitavam” mercadorias nas lojas, comiam e bebiam nos cafés e restaurantes às custas da revolução de outubro. Enquanto isso, o desmonte da Força Pública seguia firme e forte, com seus oficiais sendo remanejados para batalhões do interior e seu material bélico sendo transferido para mais longe ainda, preferencialmente para fora do estado.

Uma delegação do Partido Democrático, deixada de fora do círculo de poder, percebeu logo onde havia se metido. Decidiram ir até Vargas pedir a saída de João Alberto, mas o presidente acabou despachando os outrora aliados. João Alberto seguiria no poder e São Paulo tinha se tornado território dos tenentes.

Miguel Costa fez sua leitura dos acontecimentos, trabalhou rapidamente e criou, para si, uma milícia paramilitar chamada Legião Revolucionária, que dentro de um ano estaria na linha de frente no início da Revolução de 1932.

Do outro lado, a oposição começava a se organizar: membros do PRP e ressentidos do PD apontavam ninguém menos que o general Isidoro Dias Lopes, então comandante da 2ª Região Militar, como o símbolo da oposição a João Alberto e Miguel Costa. Ele aceitou de bom grado a incumbência e se mostrou um

entusiasmado paulista de coração, ainda que gaúcho de nascimento.

A ruptura entre os paulistas e o Governo Provisório em São Paulo só aumentava. Depois de muita fervura, a conspiração tomou forma. Entre os protagonistas, estavam Isidoro (e supostamente seus comandados) e alguns oficiais da Força Pública, incluindo seu comandante, o coronel Joviniano Brandão.

No fim de abril, uma manifestação popular aclamando Antônio de Macedo Soares, que havia sido designado embaixador na Bélgica, acabou se tornando um ato antigovernista com grande adesão do público, dando vivas ao recém-nomeado embaixador, que discursava abertamente contra João Alberto, para delírio da multidão presente. Ato contínuo, um quartel da Força Pública rebelou-se no bairro do Cambuci. Mas, sem qualquer ação objetiva, a rebelião terminou abruptamente após alguns tiros disparados. A situação apenas favorecia o Governo Provisório e levantava muitas suspeitas a respeito das origens da breve sublevação, já que o general Góes Monteiro, um dos militares fiéis a Vargas, havia se tornado o novo comandante da Região Militar e Miguel Costa, o comandante da Força Pública, cuja boa parcela da oficialidade havia lutado contra ele em 1924. Com o tempo, muitos historiadores passaram a dizer que a Abrilada, como ficou conhecido o episódio, atrasou a Revolução Constitucionalista em mais de um ano.

Apenas seis meses depois do início do Governo Provisório, a situação estava em franca ebulição. As redações dos principais jornais viviam sob censura, os estudantes da Faculdade de Direito e da Escola Politécnica ensaiavam uma greve e, como retaliação, o governo de João Alberto havia fechado as escolas superiores por mais de uma semana. Em 19 de maio, nasceu a Liga de Defesa Paulista (LDP): uma lista com



ACIMA: O então coronel Júlio Marcondes Salgado e Waldemar Martins Ferreira, nomeado por Pedro de Toledo como titular da Secretaria da Justiça.

quatrocentas assinaturas de proeminentes cidadãos com o propósito de “propugnar pelos interesses paulistas e reconquistar seus direitos, afastados pelos acontecimentos políticos posteriores à Revolução de Outubro”. Os outubristas não perdoaram e contra-atacaram com a criação do Clube Três de Outubro.

Em julho de 1931, depois de muita agitação política, Getúlio decidiu tirar João Alberto de cena para acalmar os ânimos paulistas. Quem assumiria o cargo seria Plínio Barreto, do Partido Democrático, porém seu nome acabou vetado por Miguel Costa – que, além da Força Pública sob seu comando, tinha alguns milhares de seguidores na Legião Revolucionária e, com isso, um enorme poder de veto. O próximo a ser indicado como interventor foi o desembargador Laudo de Camargo, que além de impor como condição para aceitar o cargo a anistia aos presos militares do episódio da Abrilada, também demandou que Miguel Costa deixasse o comando de uma das duas tropas que chefiava. Costa optou comandar a Força Pública, mantendo-se na prática à frente da Legião Revolucionária. Laudo de Camargo, porém, acabou pressionado por todos os lados e não conseguiu permanecer mais que quatro meses como interventor. Com sua saída, alguns nomes paulistas que ainda transitavam na capital federal acabaram rompendo com o governo, como José Maria Whitaker.

O próximo interventor foi um tenentista, o comandante interino da Região Militar, coronel Manuel Rabelo, que escolheu um secretariado totalmente fiel a João Alberto e passou a tomar atitudes provocativas contra quem considerava ser a elite de São Paulo. Em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, as vozes a favor da volta do país à constituição avolumavam-se. No Rio Grande do Sul, a Conferência de Cachoeira, que reunia prefeitos do estado, fez ecoar o brado de reconstitucionalização. Borges de Medeiros e Raul Pila estruturavam a Frente Única Riograndense, demandando eleições e uma constituição. Em Minas, Venceslau Brás e Antônio Carlos arquitetavam a Frente Única Mineira.



ACIMA: Populares em passeata trazem uma bandeira com a inscrição “São Paulo Invicto” no fatídico 23 de maio. As bandeiras de São Paulo e o brasão de armas da cidade eram os símbolos presentes durante esse período turbulento. O brasão do estado só seria criado alguns meses depois.

À ESQUERDA: Chapa de metal com o mote da Revolução “Pela Lei e pela Ordem”, acompanhado das bandeiras do Brasil e de São Paulo.

Aumenta a indignação paulista

No aniversário da fundação de São Paulo, em 25 de janeiro de 1932, uma multidão se fez presente na Praça da Sé. Inúmeros oradores se revezaram para os mais de 200 mil populares que dali não arredaram os pés mesmo debaixo de chuva forte. Em seguida, a multidão foi em passeata até a rua Boa Vista, onde ficava a sede do jornal *O Estado de S. Paulo*. Da sacada do prédio, Julio de Mesquita Filho proferiu um discurso inflamado. As palavras finais foram “O império da Lei e da Justiça só poderá ser reestabelecido no dia em que, tomado o fio da nossa evolução, São Paulo voltar ao seu lugar de líder insubstituível da Nação”.

Ainda em janeiro, o Partido Democrático rompeu com Vargas. No mês seguinte, se uniu com o mais tradicional dos seus adversários, o PRP, formando a Frente Única Paulista (FUP). Inicialmente queriam um interventor civil e paulista, mas agora, mais que isso, queriam a volta do Regime Constitucional. Vargas então demitiu Manuel Rabelo e entregou um nome civil e paulista para a interventoria na tentativa de acalmar os ânimos, o embaixador Pedro de Toledo. Já com 72 anos, Toledo havia ocupado o Ministério da Agricultura no governo do marechal Hermes da Fonseca e estava aposentado do serviço público praticamente desde 1926 – certamente agradaria aos paulistas e acataria as ordens de Vargas e de Miguel Costa, porém isso não aconteceu.

As tratativas para uma revolução encabeçada por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul evoluíram. Afinal, Vargas não parecia mais chefe de um governo provisório – e, sim, de um governo definitivo sem data para acabar. Conectado aos acontecimentos à sua volta, ele fechou o cerco com João Alberto no comando da polícia do Distrito Federal e com Góes Monteiro, aumentando o efetivo federal em São Paulo e posicionando estrategicamente tropas ao redor do estado. Mesmo com o desmonte da Força Pública levado a detalhes por Miguel Costa e todo o patrulhamento federal em território paulista, os planos militares da revolução começavam a tomar forma.

O general Isidoro Dias Lopes tornou-se o principal nome militar da revolta, juntamente com o general Bertholdo Klinger, comandante em Mato Grosso, e com o coronel Euclides Figueiredo, a quem caberia a elaboração da estratégia militar. É interessante notar que todos eles eram filhos de outros estados, evidenciando que não se tratava de uma revolução separatista. A oficialidade da Força Pública foi representada pelo coronel Júlio Marcondes Salgado e pelo capitão Heliodoro Tenório da Rocha Marques.

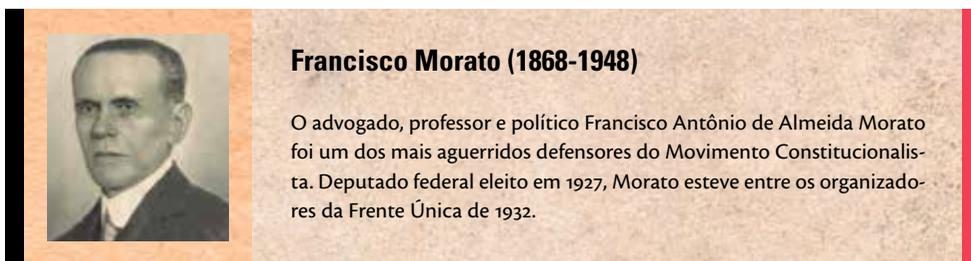
Em 14 de maio, Vargas assinou um decreto fixando a data da eleição constituinte para o ano seguinte, desagradando os tenentes. Passeatas, manifestações de rua, comícios que invariavelmente terminavam em tumulto entre paulistas e



legionários de Miguel Costa seguiam ocorrendo. Como se a situação já não estivesse quente o suficiente, Vargas decidiu em 27 de abril que uma antiquíssima disputa de territórios entre paulistas e mineiros deveria favorecer Minas Gerais: parte das cidades de Bragança Paulista, Caconde e Mococa deixaram de pertencer a São Paulo. Ainda em abril, o tradicional trote dos calouros da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco se tornou uma passeata que abertamente ridicularizava Miguel Costa, Góes Monteiro, Osvaldo Aranha e outros figurões do governo Vargas. Em meados de maio, Vargas declarou que os problemas paulistas eram de responsabilidade somente de Góes Monteiro e Miguel Costa – desautorizando totalmente o interventor Pedro de Toledo, que começava então a se identificar cada vez mais com os paulistas e a se desconectar do governo Vargas.

ACIMA: Pedro de Toledo com oficiais da Força Pública. Nos bastidores, Getúlio Vargas lamentava o que considerava traições do interventor nomeado por ele. Entre assessores, Vargas se referia a Toledo como “aquela velha múmia que exumei do esquecimento”. Porém, para os paulistas, Pedro de Toledo entrou para a história como um herói que soube ouvir o clamor de seu povo.

ABAIXO: Chapa de metal com símbolos paulistas – a bandeira e o então recém-criado brasão de São Paulo.



Francisco Morato (1868-1948)

O advogado, professor e político Francisco Antônio de Almeida Morato foi um dos mais aguerridos defensores do Movimento Constitucionalista. Deputado federal eleito em 1927, Morato esteve entre os organizadores da Frente Única de 1932.

